



**SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS**

**CERTIFICADO**



**PODER JUDICIÁRIO**

**JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª REGIÃO**

**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO - TRF1**

**SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS - SJGO**

**CERTIFICADO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS**

**EXERCÍCIO 2021**



**GOIÂNIA-GO**

**Março/2022**

**Certificado:** 01/2022

**Órgão Auditado:** Seção Judiciária do Estado de Goiás (SJGO)

**Município (UF):** Goiânia (GO)

**Exercício:** 2021

**Processo Conexa:** 0009491-69.2021.4.01.8006

## **CERTIFICADO DE AUDITORIA**

A equipe de auditoria da Seção Judiciária do Estado de Goiás examinou, sob minha supervisão, ao amparo da competência estabelecida no art. 74, inciso IV, da [Constituição Federal](#), e nos termos do art. 9º, inciso III, e do art. 50, inciso II, da [Lei 8.443](#), de 16.07.1992, e do art. 13, § 2º, da [Instrução Normativa TCU 84/2020](#), as demonstrações contábeis da Seção Judiciária de Goiás, compreendendo os Balanços Orçamentário (BO) e Patrimonial (BP), em 31 de dezembro de 2021, as Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP) para o exercício findo nessa data, além das correspondentes notas explicativas.

### **Opinião sobre as demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do órgão em 31 de dezembro de 2021, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público ([Mcasp - 8ª edição](#)), emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), com a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público [NBC TSP - Estrutura Conceitual](#) e com as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas aplicadas à Auditoria [NBC TAs](#), emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

### **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis**

Com base no Relatório de Auditoria nas Contas 15149258, conduzido em observância às disposições da [Resolução CNJ N. 309/2020](#), da [Resolução n. 677/2020 - CJF](#) e das Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria Aplicadas ao Setor Público, entende-se que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar a opinião sem ressalva sobre as demonstrações contábeis. Assim, pode-se afirmar que as demonstrações contábeis acima referidas não estão afetadas de forma relevante e apresentam adequadamente a posição patrimonial e financeira do órgão em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis aplicadas ao setor público no Brasil e com a estrutura de relatório financeiro aplicável.

### **Opinião sobre a conformidade das transações subjacentes**

As transações subjacentes às demonstrações contábeis acima referidas e os atos de gestão dos responsáveis estão em conformidade, em todos os aspectos relevantes, com as leis e regulamentos aplicáveis e com os princípios de administração pública que regem a gestão financeira responsável e a conduta de agentes públicos.

Não obstante, submeteu-se à consideração da Administração da SJGO recomendações de

implementação de controles internos administrativos e contábeis destinados a prevenir, detectar e corrigir tempestivamente achados/ocorrências identificados na presente auditoria (item 8. PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTO do Relatório de Auditoria nas Contas - documento 15149258).

### **Base para opinião sobre a conformidade das transações subjacentes**

De acordo com a conclusão da equipe de auditoria no relatório de auditoria nas contas 15149258, não foram identificados desvios de conformidade cujos efeitos sejam materialmente relevantes, tomados individualmente ou em conjunto, nas transações subjacentes às demonstrações contábeis acima referidas.

### **Bases para as opiniões**

A presente auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria aplicáveis ao setor público. As responsabilidades dos auditores, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”.

A equipe de auditoria declarou-se independente em relação à Administração do Tribunal Regional Federal e das Seções Judiciárias integrantes da Justiça Federal da 1ª Região, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e com os termos do art. 5º da [Resolução Presi 57/2017](#), art. 19 da [Resolução CNJ N. 309/2020](#) e art. 39 da [Resolução n. 677/2020 - CJF](#). Foram cumpridas as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Com base nas conclusões da equipe de auditoria constantes do Relatório de Auditoria nas Contas 15149258, acredita-se que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar a opinião sem ressalva sobre as demonstrações contábeis acima referidas bem como a opinião sobre a conformidade das transações subjacentes.

### **Outras informações que apresentam ou fazem referência às demonstrações contábeis**

A Administração da Justiça Federal da 1ª Região, composta pelo Tribunal Regional Federal e pelas quatorze Seções Judiciárias, é responsável pelas informações que integram o Relatório de Gestão. A opinião sobre as demonstrações contábeis e a conformidade das transações subjacentes não abrange o Relatório de Gestão e não expressa qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, de acordo com o julgamento profissional da equipe de auditores, foram os mais significativos na auditoria do exercício em referência. Esses assuntos foram tratados no contexto da auditoria das demonstrações contábeis e na formação de opinião sobre essas demonstrações e, portanto, não há expressão de opinião separada sobre eles.

### **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis**

A Administração da Seção Judiciária do Estado de Goiás é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo setor público, bem como pelos controles internos que ela determinou como necessários para

permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

O objetivo da auditoria foi obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir certificado de auditoria contendo a opinião conclusiva sobre a regularidade das contas.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria no setor público sempre detecta eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria aplicáveis ao setor público, a equipe de auditoria exerceu o julgamento profissional e manteve ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, a equipe de auditoria, *considerando as limitações inerentes à auditoria* (item 2.4 do Relatório de Auditoria nas Contas - documento 15149258):

- a) identificou e avaliou, os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejou e executou procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obteve evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar a opinião, sendo necessário registrar que o risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- b) obteve entendimento dos controles internos relevantes para planejar os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seção Judiciária do Estado de Goiás;
- c) avaliou a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- d) avaliou a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- e) comunicou-se com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que foram identificadas durante os trabalhos; e
- f) determinou, dentre os assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, aqueles que foram considerados mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício sob análise e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

## **Conclusão**

Considerando o resultado dos trabalhos de auditoria constante do Relatório de Auditoria nas Contas 15149258, conclui-se pela emissão de opinião sem ressalvas quanto à regularidade das contas do exercício 2021, na forma do art. 20, I, da [Instrução Normativa TCU 84, de 22 de abril de 2020](#).

Goiânia (GO), na data em que assinado eletronicamente.

**BELTRÃO JOSÉ DE SOUSA FILHO**  
Diretor do Núcleo de Auditoria Interna - Nuaud  
Mandato outorgado - [Portaria SJGO-DIREF 293/2021](#)

---



Documento assinado eletronicamente por **Beltrao Jose de Sousa Filho, Diretor(a) de Núcleo**, em 09/03/2022, às 14:33 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **15155221** e o código CRC **4C83C557**.

---